

ÍNDICE

Abreviaturas	7
Introdução	9

CAPÍTULO I

NATUREZA DA ADVOCACIA E ESSÊNCIA DA DEONTOLOGIA.....	11
1. Génese, etimologia e evolução da advocacia	13
2. Enquadramento Constitucional e Legal da Advocacia	22
3. O interesse público como ponto de convergência entre a Advocacia e a Administração Pública.....	25
4. Enquadramento da Advocacia no quadro da organização administrativa: a prossecução do interesse público	29
5. O acesso e restrições à advocacia: competência para exercer advocacia	33
6. O acesso ao advogado e condições de exercício da advocacia	40
7. A onerosidade do acesso ao advogado e as obrigações fiscais	43
8. Figuras afins da advocacia: a função de representação (solicitadores e licenciados em direito)	52
9. O Direito à Informação e o Sigilo profissional no exercício da advocacia	54

CAPÍTULO II

DA DEONTOLOGIA E SUAS MANIFESTAÇÕES.....	57
1. Visão geral da Deontologia	59
2. Estrutura do sistema Deontológico da advocacia em Portugal.....	62
2.1. Nota prévia.....	62
2.2. Princípios	63
2.3. Direitos ou prerrogativas do advogado em Portugal.....	66
2.3.1. Direitos do advogado.....	66
2.3.2. Deveres do advogado	69
2.3.3. Deveres fiscais do Advogado para com a Administração Tributária e para com a própria Ordem	74

CAPÍTULO III

EFEITOS DO INCUMPRIMENTO DA DEONTOLOGIA DO ADVOGADO EM PORTUGAL 77

1. Nota Prévia	79
2. A Ação Disciplinar à luz do Estatuto da Ordem dos Advogados e do Regulamento Disciplinar n.º 668-A/2015, de 5 de Outubro	80
2.1. Estrutura organizativa/hierárquica da Ação Disciplinar	80
2.2. Ação Disciplinar	81
2.2.1. Conceito e tipologias e outras referências sobre as sanções disciplinares.....	81
2.2.2. Formas e Fases da Ação Disciplinar	84
2.2.2.1. Formas	84
2.2.2.2 Fases do processo disciplinar	84
2.3. Dados estatísticos sobre processos disciplinares instaurados pelos Conselhos regionais de Deontologia	99
2.3.1. Conselho de Deontologia dos Açores.....	100
2.3.2. Conselho Regional de Deontologia de Coimbra (O.A).....	101
2.3.4. Conselho de Deontologia de Faro.....	104
2.3.5. Conselho de Deontologia de Lisboa	105
2.3.6. Conselho de Deontologia da Madeira (Funchal).....	107
2.3.7. Conselho de Deontologia do Porto.....	108
APÊNDICE I. Lista de expressões jurídicas em latim usadas nos manuais jurídicos e nos tribunais.....	110
APÊNDICE II. Decálogos	122
APÊNDICE III. Anexos	127
Conclusões	139
Bibliografia	141